

Governo prepara projeto para regulação das redes

Ideias, porém, podem esbarrar em problemas de discriminação

Por Karoline Cavalcante

Em busca de reforçar a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, o governo federal enfrenta obstáculos para implementar de forma eficaz sua proposta. Ao Correio da Manhã, o sociólogo e especialista em comportamento humano, marketing político e digital, Marcelo Senise — presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da IA (IRIA) — avaliou que, embora a iniciativa reflita uma preocupação legítima, medidas como a verificação obrigatória de idade e a criação de um canal unificado de denúncias precisam ser cuidadosamente planejadas. Segundo ele, é fundamental evitar riscos como violações de privacidade, discriminação e exclusão digital. Segundo informações reveladas pelo portal UOL, sob a liderança do Ministério da Justiça, essas duas iniciativas tecnológicas estão em análise com o objetivo de enfrentar riscos como exposição a conteúdos inadequados e crimes virtuais em plataformas como TikTok, Instagram e outras redes sociais.

Único botão

A primeira ferramenta visa facilitar a denúncia de conteúdos ou comportamentos nocivos contra menores. A ideia é centralizar essas denúncias em um único botão, com integração entre serviços digitais, Polícia Federal e demais órgãos responsáveis. O MJ ficaria encarregado de compilar e direcionar os alertas aos canais competentes.

CPI das Bets ouvirá influencer Virgínia Fonseca nesta terça

Por Karoline Cavalcante

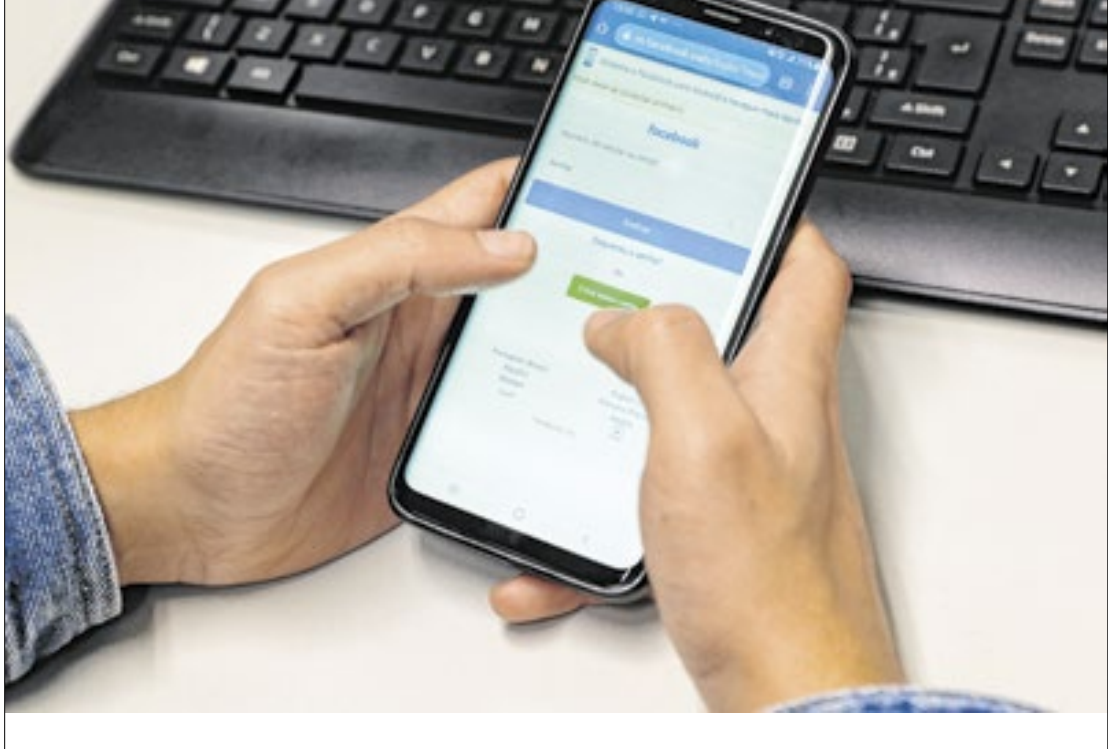
A influenciadora digital e apresentadora de TV Virgínia Pimenta da Fonseca Serrão Costa está convocada para prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets nesta terça-feira (13), às 11h. Com mais de 53 milhões de seguidores no Instagram, Virgínia utilizou suas redes sociais para promover empresas de apostas, o que motivou sua convocação pelo colegiado. O pedido partiu da relatora, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que justificou a medida com base na expressiva popularidade da empresária e em sua influência no mercado digital, onde impacta milhões de seguidores em múltiplas plataformas. “Nos últimos anos, a influenciadora esteve envolvida em campanhas de marketing para casas de apostas, utilizando sua ampla base de seguidores para divulgar essas atividades. Dado o impacto de sua comunicação no comportamento de consumidores, torna-se fundamental compreender o alcance e as responsabilidades éticas associadas a tais ações, especialmente em um segmento com potenciais implicações sociais, como o de apostas online”, diz o documento.

Coercitiva

Na segunda-feira (12), Virgínia já se encontrava em Brasília e, de acordo com a assessoria de Thronicke, com presença confirmada na CPI. Como foi formalmente convocada, sua participação é obrigatória. Caso não compareça, a influenciadora pode ser levada coercitivamente à sessão — ou seja, por ordem judicial.

No entanto, a defesa da influenciadora protocolou um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a liberação da sabatina. Até o fechamento desta matéria, a Corte ainda não havia decidido se ela será dispensada do depoimento, se poderá comparecer em silêncio ou se será obrigada a prestar esclarecimentos.

A convocação ocorre em meio a uma série de medidas adotadas pelo colegiado, que tem enfrentado resistência por parte de influenciadores e representantes do setor de apostas. No último fim de semana, a Justiça Federal de São Paulo autorizou a condução coercitiva da advogada Adélia Soares, representante da também influenciadora Deolane Bezerra. Convocada como testemunha para a sessão de 29 de abril, Adélia não compareceu e, agora, o caso está sob responsabilidade da Polícia Federal e da Interpol. Ainda não há nova data definida para seu depoimento.



Fernando Frazão/Agência Brasil

Medidas propostas podem gerar problemas de privacidade

Já a segunda iniciativa foca na checagem da idade real dos usuários. Atualmente, redes sociais permitem o cadastro a partir dos 13 anos, mas essa exigência não se alinha à legislação brasileira, que define limites e restrições com base em faixas etárias específicas. O governo pretende obrigar as plataformas a verificar a idade de seus usuários com maior rigor, afastando menores de conteúdos impróprios. Três soluções estão em análise para essa checagem: reconhecimento facial por meio da câmera dos dispositivos; uso de inteligência artificial para estimar a idade com base no comportamento digital; e a criação de um “token etário” — uma espécie de certificado anônimo com a faixa etária do usuário, emitido a partir de dados públicos, mas sem expor identidade, endereço ou nome.

Riscos

O presidente do IRIA observou, porém, que o uso de tecnologias como o reconhecimento facial para estimar a idade do usuário — com base em suas feições —, embora ofereça um potencial de maior precisão, levanta sérias preocupações de privacidade e discriminação. “Estudos indicam que algoritmos de reconhecimento facial podem apresentar vieses, especialmente em relação a raça e gênero, levando a erros na identificação de pessoas negras, asiáticas ou transgênero”, alertou Senise.

Proteção de dados

Ele também destacou que a coleta e o armazenamento de dados biométricos sensíveis, como imagens faciais, podem violar os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que impõe limites claros sobre o tratamento de informações pessoais, exigindo minimização dos dados coletados e consentimento explícito dos usuários.

Quanto à proposta de criação de um canal unificado para denúncias, Senise avaliou que ela representaria um avanço, considerando que atualmente, cada plataforma opera com seu próprio sistema de denúncias, o que pode ser confuso e ineficiente. “Um canal único permitiria uma resposta mais coordenada e eficaz por parte das autoridades competentes”, disse. “No entanto, a implementação desse canal requer a colaboração entre governo, plataformas digitais e organizações da sociedade civil. É fundamental garantir que o sistema respeite os direitos dos usuários, evitando censura indevida e assegurando a liberdade de expressão”, finalizou o especialista à reportagem.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Peres/Agência Brasil



Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência

INSS: aos segurados, governo diz que descobriu fraudes

O governo usou o canal oficial do INSS para divulgar sua versão de que foi responsável para pela descoberta dos descontos indevidos em vencimentos de aposentados e pensionistas. Enviada pelo portal Meu INSS aos segurados, a mensagem diz que o governo federal “descobriu a fraude dos descontos associados não autorizados”.

Em seguida, afirma que seguirá “trabalhando para proteger você e seu benefício!”. Autorizadas em 1991, em lei assinada pelo presidente Fernando Collor de Mello, as mordidas nas aposentadorias são velhas conhecidas de governos, foram debatidas e mantidas pelo Congresso. O tema já foi alvo de investigações no Tribunal de Contas da União.

TCU

No ano passado, o Tribunal de Contas da União determinou que o INSS adotasse providências como uso de biometria e de assinatura eletrônica para validar a autorização de descontos nos benefícios. As fraudes já haviam sido denunciadas em reportagens.

Reclamações

Reclamações contra os descontos indevidos já vinham sendo feitas desde pelo menos 2019 em órgãos de defesa do consumidor e no portal Reclame Aqui. Hoje, o governo deverá mandar, também pelo Meu INSS, instruções a aposentados que foram lesados pelo esquema.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Baleia Rossi vai relatar proposta em comissão

Entidade de municípios pede mudança em PEC

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) quer três mudanças na proposta de emenda constitucional 66/2023, que trata de dívidas, pagamento de precatórios e da previdência de cidades. Já aprovada pelo Senado, a PEC — criada por sugestão da própria CNM — será analisada por comissão especial da Câmara e será relatada por Baleia Rossi (MDB-SP).

Uma das sugestões está relacionada ao crescimento aumento dos juros — as dívidas previdenciárias dos municípios estão atreladas à Selic. A CNM propõe sua substituição pela variação do IPCA — índice oficial de inflação — acrescida de juros de até 4%.

Flexibilização

A CNM propõe também alívio nas regras de pagamento de dívidas determinadas pela Justiça — os precatórios — e sugere uma flexibilização nas regras dos regimes previdenciários municipais. O texto aprovado determina adaptação das regras às do regime da União.

Algum alívio

Pelo que foi encaminhado à Câmara, as normas dos regimes próprios de previdência de estados, Distrito Federal e municípios não poderiam ser mais benevolentes que as válidas para o funcionalismo federal. A CMN sugere adoção de regras que não sejam tão rígidas.

Transparência

O Ministério Público do Rio entrou na Justiça com ação para obrigar a Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba) a adotar regras transparentes para a venda de frisas para os desfiles de Carnaval. Para o MP, o critério atual não garante o direito do consumidor.

E-mail

Na ação, os promotores destacam que, hoje, a reserva de frisas é feita por e-mail, o que impede até a checagem de respeito à ordem cronológica dos pedidos de compra. Nos últimos anos, a área das antigas frisas tem sido cada vez mais ocupada por camarotes.